



Ana Elisa: “A esquerda perdeu foi nas redes”

Deputada federal eleita diz estar sofrendo ameaças e credita à percepção da extrema-direita de que Lula pode “virar o jogo” a partir das plataformas digitais

» LUÍZA ALTOÉ

A deputada federal eleita Ana Elisa (PT-MG) relatou ser alvo de ataques desde que começou a atuar na campanha à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ela atribuiu as ameaças ao receio da extrema-direita de que, com sua ajuda, o petista alcance vantagem sobre o adversário Flávio Bolsonaro (PL) e vença as eleições.

Ana Elisa passou a auxiliar a campanha de Lula por causa de sua força nas redes sociais. Com 21 anos, ela concorreu pela primeira vez em uma eleição e conseguiu ser a mulher mais votada da história de Minas Gerais para a Câmara dos Deputados. No meio digital, passou de 1,9 milhão de seguidores para mais de 2,4 milhões durante a campanha.

Sobre os ataques, Ana Elisa relatou casos de machismo, racismo, ameaças de estupro e de outras violência, além da divulgação do seu endereço, do número de telefone e dos documentos pessoais.

“Estamos sofrendo um ataque coordenado desde que viemos ajudar a campanha do presidente Lula, e eu acredito que a extrema-direita não estaria fazendo isso se não percebessem que, de fato, a gente pode virar esse jogo”, afirmou.

Segundo ela, o PT providenciou escolta para as suas próximas agendas públicas. “Eu acredito que o partido está comprometido em me proteger, em proteger a segurança e a democracia do país, sabendo o que nós podemos agregar para o presidente Lula neste segundo turno”, enfatizou.

Essa não é a primeira vez que Ana Elisa sofre ataques. No mês passado, durante a campanha à Câmara, ela recebeu e-mail de um autor que se apresenta como “integrante de um grupo supremacista branco”. A **mensagem** continha ameaças racistas de morte e estupro, citando dados pessoais da então candidata para evidenciar que poderia localizá-la. Também ameaçava a família dela.

Plataformas

A recém-eleita deputada defende que a campanha de Lula use as plataformas digitais para tentar vencer no segundo turno. “Eu acredito, sim, que essa excessividade nas redes sociais pode nos salvar”, frisou. “O único lugar que a esquerda perdeu foi nas redes.”

Na quarta-feira, o presidente iniciou a divulgação de vídeos em selfie, buscando se inserir mais no meio digital. Ana Elisa defendeu o estilo e disse que a campanha

Gabriel Paiva/PT



Estamos sofrendo um ataque coordenado desde que viemos ajudar a campanha do presidente Lula, e eu acredito que a extrema-direita não estaria fazendo isso se não percebessem que, de fato, a gente pode virar esse jogo”

Ana Elisa (PT-MG),
deputada federal eleita

Menção ao terror

No e-mail, há menções à Ku Klux Klan — violenta organização supremacista branca dos Estados Unidos. Ana Elisa fez Boletim de Ocorrência, e o caso foi registrado como ameaça e injúria racial. Na época, a então candidata emitiu uma nota comentando o assunto e dizendo que não aceitaria que essas ameaças fossem tratadas “como parte normal da vida pública”.

precisa explorar a facilidade do chefe do Executivo com a câmera. “Lula fala com a câmera desde 1989. Ele está saindo da câmera da televisão para a câmera do telefone. (...) Os vídeos são excelentes”, avaliou.

Ela também afirmou que o mais importante é conquistar os votos da terceira via. “Todos estamos entendendo que, neste momento, o mais importante é virarmos os votos da terceira via. Explicarmos para as pessoas que votaram na terceira via o que significa ter Flávio Bolsonaro presidente da República”, explicou.

Segundo a parlamentar eleita, o foco da estratégia são os eleitores de Augusto Cury (Avante) e Renan Santos (Missão), que ficaram em terceiro e quarto lugares na disputa pela Presidência, respectivamente. Ontem, Cury anunciou apoio a Flávio, enquanto Renan se mantém neutro. A ideia é atrair, nas redes sociais, esse eleitor que ainda não decidiu entre Lula e Flávio, mostrando “quem é” o candidato do PL e que os votos de segundo turno são a última chance de o cidadão tirar o bolsonarismo do poder. “Fazer com que esses eleitores de terceira via, até mesmo os eleitores do (Ronaldo) Caiado, que estão buscando a direita antiga, compreendam o que significa ter Bolsonaro como presidente”, justificou.

A estratégia é mostrar Flávio como alguém ligado à milícia e ao escândalo do Banco Master, além de afirmar que ele “está defendendo um policial que matou uma criança de cinco anos da favela”.

Na avaliação de Ana Elisa, não é suficiente a campanha petista

apostar em mostrar as propostas construídas para o país, tendo em vista o momento político atual de polarização. Ela acredita que o debate precisa ser de comparação pessoal. “Não tem como discutir proposta com uma pessoa dessa”, disse, referindo-se a Flávio.

“Como só as propostas do presidente Lula não bastam, precisamos mostrar quem é o adversário. Eu adoraria que agora fosse realmente um debate político, de proposta. Mas, neste momento político que nós estamos, o debate, infelizmente, vai ter que ser pessoal.”

Lula ficou em segundo lugar no primeiro turno com cerca de 45% dos votos, enquanto Flávio Bolsonaro ganhou, com 47%. A abstenção foi de 21,08%, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e é apontada como um dos principais desafios do petista para reverter o cenário de vitória do bolsonarista.

Sobre isso, a deputada eleita lembrou que as abstenções sempre foram altas no país, mas que a campanha estuda esse cenário para traçar estratégias. “Nós precisamos entender de onde estão vindo essas abstenções. São pessoas que protegem a democracia? São pessoas que estão, de fato, dispostas a dar um golpe?” questionou.

Ana Elisa segue agora para agendas em Minas Gerais. Segundo relatou, Lula pediu para ela atuar no estado pela campanha. “O partido está bem empenhado em fazer com que nós viajemos o quão for necessário para poder virar esses votos para o presidente Lula nas regiões que sempre foram nossas e que, desta vez, por algum motivo, não tenha sido”, completou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

maurenilson



Disputa do segundo turno se acirra na rua, no Congresso e nos tribunais

O segundo turno está na rua, mas uma parte decisiva da disputa ocorre nos corredores do Congresso e nos gabinetes dos tribunais. Enquanto Flávio Bolsonaro procura converter a vantagem sobre Luiz Inácio Lula da Silva em vitória, o resultado de domingo já reorganiza alianças, estimula propostas de mudanças constitucionais e altera as expectativas sobre o futuro do Supremo Tribunal Federal. A eleição presidencial tornou-se também uma disputa pelas regras e pelos limites do poder. Flávio já fala em acabar com a reeleição e aumentar seu mandato para cinco anos.

Há euforia da oposição, com repercussão na Bolsa e disputas antecipadas por cargos. Flávio obteve 47,03%, contra 45,16% de Lula: vantagem que não encerra a eleição. Mas o Data Folha de ontem já apontou um placar de 52% (Flávio) a 48% (Lula) considerando os votos válidos. Atacar o Supremo mobiliza a base e oferece uma explicação política em favor da oposição para o mal-estar do eleitor. Lula tenta superar a perplexidade e corrigir fragilidades da campanha. Precisa oferecer respostas ao orçamento doméstico, disputar os eleitores dos candidatos eliminados e mostrar o custo social das promessas do adversário.

A crítica à agenda institucional de Flávio não substitui propostas sobre renda e segurança. Lula também precisa impedir que a rejeição ao Supremo continue sendo transferida à sua candidatura. O realinhamento parlamentar também começou antes da definição presidencial. Quem se aproximou do governo contando com a reeleição passa a calcular os custos de permanecer a seu lado. A força conquistada pela direita no Congresso aumenta sua capacidade de atração e torna mais difícil para Lula recompor uma maioria.

Flávio Bolsonaro apresenta uma agenda de mudanças como programa amparado pelas urnas. A articulação de Rogério Marinho para presidir o Senado reúne essas dimensões. Coordenador da campanha de Flávio, o senador potiguar disputa uma posição que pesa sobre os pedidos de impeachment de ministros do Supremo.

Flávio fala em mudar a Constituição para “redemocratizar o país”, mas é uma narrativa de resgate da democracia que põe suas instituições sob suspeita. Mencionou reformas do Judiciário e do STF, redução da maioridade penal, alterações tributárias e fim da reeleição. Cada proposta exige exame próprio. Seu projeto, desde sempre, tem um conteúdo “iliberal”.

O que é isso? O iliberalismo é um sistema político que se opõe aos valores fundamentais do liberalismo clássico e da democracia representativa, como respeito ao dissenso e aos direitos das minorias, porém sua legitimidade é resultado de uma maioria eleitoral. Surge em todo o mundo, com muita força, como reação à frustração com as promessas não cumpridas da democracia tradicional e da globalização econômica.

Os líderes ou movimentos iliberais costumam chegar ao poder por meio de eleições legítimas, mas depois enfraquecem as regras democráticas. As instituições que controlam o poder, como o Supremo Tribunal ou Tribunais Superiores, a imprensa independente e organismos internacionais, são deslegitimadas, como ocorre agora com o Supremo.

Fim da reeleição

Nessa quinta-feira, Flávio deu uma cartada para abrir as portas de uma reforma constitucional: defendeu que o fim da reeleição alcance seu eventual governo e deixou ao Congresso a definição de um mandato de quatro ou cinco anos. O fim da reeleição, associado à possibilidade de ampliar o próprio mandato, exige critérios impessoais e transição clara. Uma vitória não autoriza mudanças ilimitadas nas regras do poder.

A renovação geracional no Congresso também está longe da moderação. Eleitos com milhões de seguidores têm força própria. À esquerda, Erika Hilton, Ana Elisa e Jones Manoel são as principais estrelas; à direita, Nikolas Ferreira, Lucas Pavanato e Jessé Sangalli. O debate sobre trabalho por aplicativos mostra projetos sociais distintos: proteção e direitos de um lado, resistência à regulação de outro.

Nos tribunais, o episódio do Rio de Janeiro evidencia como uma decisão posterior à votação pode alterar o desfecho eleitoral. Douglas Ruas obteve 49,27% na totalização divulgada, e Eduardo Paes, 42,76%. A anulação definitiva dos 274.411 votos de Garotinho modifica a base de cálculo e permite a Ruas ultrapassar a maioria absoluta. Paes anuncia recurso ao STF para preservar o segundo turno, sustentando que esses votos expressaram uma escolha e não podem ser equiparados aos originalmente nulos.

No Supremo, Luiz Fux determinou acesso a investigações que atingem Jair Bolsonaro e aliados, numa ação do PP que questiona procedimentos adotados por Alexandre de Moraes. A iniciativa alimenta expectativas de revisão. Manifestação de Paulo Gonet favorável às visitas de Flávio ao pai; e o arquivamento, por Gilmar Mendes, do pedido de investigação contra o vice Alfredo Gaspar, diante da ausência de elementos apontada pela PGR. Em sentido distinto, Moraes determinou a execução da pena de Eduardo Bolsonaro por coação no curso do processo. A Corte continua em transe.

Estudantes nas ruas pela reeleição

» LETÍCIA PASSOS

Estudantes resolveram ir às ruas, pelo país, em manifestações favoráveis à reeleição do presidente Lula. Na quarta-feira passada, eles realizaram atos em cidades como Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre e Goiânia. Novas mobilizações estão previstas em universidades e espaços públicos de ao menos 16 estados e do Distrito Federal nos próximos dias.

Depois de o primeiro turno terminar, no domingo, com uma vantagem de 1,87 ponto percentual da extrema-direita sobre Lula, a União Nacional dos Estudantes (UNE) decidiu intensificar a presença nas ruas até a votação do dia 25.

A programação prevê assembleias e plenárias dentro das instituições de ensino, mas também orienta diretórios e centros acadêmicos a levar as atividades para

UNE



Ato de alunos secundaristas no Rio de Janeiro: agenda pelo país

praças, bairros, periferias e estações de transporte.

Além da disputa eleitoral, as mobilizações incorporam reivindicações ligadas à educação e aos

direitos sociais. Entre as pautas apresentadas pelos estudantes estão a ampliação dos investimentos no ensino público, a continuidade do Pé-de-Meia, o fortalecimento de

universidades e institutos federais, a preservação de direitos sociais e o fim da escala de trabalho 6x1.

“A partir de agora é estado permanente de mobilização. Os estudantes serão decisivos para reeleger Lula. Não sairemos das ruas”, disse a presidente da UNE, Bianca Borges.

A entidade também sustenta que uma eventual vitória de Flávio Bolsonaro representaria riscos à democracia e a direitos relacionados a emprego, renda, alimentação, educação e ciência. Entre os objetivos da campanha estão, ainda, a aproximação com eleitores indecisos e a tentativa de mobilizar quem não compareceu às urnas no primeiro turno.

No DF, houve agenda, ontem, a partir da Universidade de Brasília (UnB), no pátio da Faculdade de Direito. Outra está marcada para terça-feira, no Museu da República.